



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Administração (CCA)
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Jonas Leonardo Costa Barbosa

**Adesão ao Programa Titula Brasil na Regularização Fundiária
e no Desenvolvimento Socioeconômico Municipal.**

Brasília - DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior
Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Rodrigo Rezende Ferreira
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Letícia Lopes Leite
Coordenadora-Geral UAB

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Jonas Leonardo Costa Barbosa

**Adesão ao Programa Titula Brasil na Regularização Fundiária
e no Desenvolvimento Socioeconômico Municipal.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de
Administração e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do grau de Especialista em
Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Alves
Andrade Guarido.

Brasília - DF

2024

Ficha Catalográfica

Deve ser gerada no site da Biblioteca da UnB e inserida após a conclusão da versão final (pós-banca). Para gerar, entre no link (<https://bce.unb.br/servicos/elaboracao-de-fichas-catalograficas/>) e clique em “gerar ficha catalográfica – monografias”.

Jonas Leonardo Costa Barbosa

**Adesão ao Programa Titula Brasil na Regularização Fundiária
e no Desenvolvimento Socioeconômico Municipal.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Administração e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Data de aprovação: 09/08/2024.

Profa. Dra. Fernanda Alves Andrade Guarido
Orientadora

Profa. Ma. Rafaela Novaski Morges
Professora - Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao nosso criador pela permissão e sopro divino. Aos meus pais que permitiram por intermédio deles a responsabilidade e compromisso. E a minha esposa a grande lutadora e companhia de uma jornada.

RESUMO

Este trabalho aborda o Programa Titula Brasil e como esta política pública pode influenciar o município. A questão fundiária no Brasil é um desafio complexo, afetando especialmente áreas rurais como em Alto Paraíso de Goiás, onde a falta de regularização compromete o acesso a créditos e programas governamentais. Com base em uma revisão teórica que abrange conceitos de reforma agrária, sustentabilidade econômica e o próprio Programa Titula Brasil, este estudo adota uma abordagem exploratória qualitativa. Os resultados revelam que o Programa Titula Brasil tem potencial para melhorar significativamente a segurança jurídica e as condições econômicas das comunidades rurais, inclusive em Alto Paraíso de Goiás. A regularização fundiária facilitada pelo programa melhora a segurança jurídica e promove um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável local. Conclui-se que a adesão ao Programa Titula Brasil, a capacitação técnica contínua e parcerias integradas são essenciais para otimizar os benefícios do programa e promover um desenvolvimento rural mais inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: Regularização Fundiária; Desenvolvimento Socioeconômico; Programa Titula Brasil.

ABSTRACT

This work addresses the Titula Brasil Program and how this public policy can influence the municipality. The land issue in Brazil is a complex challenge, especially affecting rural areas such as Alto Paraíso de Goiás, where the lack of regularization compromises access to credits and government programs. Based on a theoretical review that covers concepts of agrarian reform, economic sustainability and the Titula Brasil Program itself, this study adopts a qualitative exploratory approach. The results reveal that the Titula Brasil Program has the potential to significantly improve the legal security and economic conditions of rural communities, including in Alto Paraíso de Goiás. The land regularization facilitated by the program improves legal security and promotes an environment conducive to local sustainable development. It is concluded that adherence to the Titula Brasil Program, continuous technical training and integrated partnerships are essential to optimize the benefits of the program and promote more inclusive and equitable rural development.

Keywords: Land Regularization; Socioeconomic Development; Titula Brasil Program.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	10
1.1	Problema.....	11
1.2	Objetivos.....	11
1.2.1	Objetivo Geral.....	11
1.2.2	Objetivos Específicos.....	11
1.3	Justificativa.....	12
2	Referencial Teórico.....	12
2.1	Reforma Agrária.....	12
2.2	Programa Titula Brasil.....	14
2.3	Sustentabilidade Econômica.....	16
3	Metodologia.....	17
4	Resultados e Discussão	18
5	Considerações Finais.....	19
6	Referências Bibliográficas.....	21

1 Introdução

A questão fundiária no Brasil é um tema de extrema relevância e complexidade, especialmente em municípios com características rurais marcantes, como Alto Paraíso de Goiás. A regularização fundiária não só garante a segurança jurídica dos ocupantes das terras, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico. Segundo Bercovici (2017), a falta de regularização fundiária contribui para a perpetuação da desigualdade econômica, dificultando o acesso a créditos e programas governamentais que poderiam impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais.

Nesse contexto, o Programa Titula Brasil emerge como uma iniciativa governamental de importância fundamental, voltada para a efetivação da titulação de terras em áreas rurais. Segundo Oliveira et al. (2020), iniciativas de regularização fundiária como o Programa Titula Brasil são essenciais para fortalecer a sustentabilidade econômica das comunidades beneficiadas, promovendo o acesso equitativo aos recursos fundiários e possibilitando o desenvolvimento local integrado.

Esta pesquisa aborda o Programa Titula Brasil e explora como essa política pública influencia o desenvolvimento econômico da região. Ao compreender os desafios e as oportunidades dessa iniciativa, fica evidente a necessidade da divulgação das políticas de reforma agrária, visando a promoção de um desenvolvimento mais justo e sustentável no contexto rural brasileiro.

O presente trabalho está estruturado em sessões, as quais esclarece como aderir ao programa visando a melhoria da população beneficiária do projeto.

Na introdução, confere o tema marcando sobre a regularização fundiária quanto ao desenvolvimento econômico, as garantias e segurança jurídica. Já na segunda seção diante da problemática a solução da desigualdade, apontando a existência de um programa sua eficácia ao nível municipal.

Em seguida, é detalhada a metodologia empregada, alicerçada na técnica de análise bibliográfica, adotando uma abordagem qualitativa. Na quarta seção são apresentados os resultados e a discussão, a partir de inferências. E por fim, a quinta seção apresenta as conclusões.

1.1 Problema

Apesar dos esforços governamentais e do engajamento dos movimentos sociais, a eficácia do Programa Titula Brasil na regularização fundiária em Alto Paraíso de Goiás não está sendo contemplada, pois, o município não está aderido ao programa, sendo o primeiro passo crucial para a implementação da política. No entanto, o programa, pelas suas características tem potencial para melhorar as condições econômicas da população local. Conforme destacado por Silva (2018), a complexidade da questão fundiária no Brasil demanda uma avaliação criteriosa das políticas de regularização fundiária para garantir sua efetividade e contribuição efetiva ao desenvolvimento local.

Alto Paraíso de Goiás é um município situado no estado de Goiás, Brasil. Localizado na região do Entorno do Distrito Federal, faz parte da microrregião de Campos Belos e está situado a cerca de 400 km da capital do estado, Goiânia. O município conta com uma população diversificada de 10.306 habitantes (IBGE/2022) e área territorial de 2.651.822 km² (IBGE). A cidade é conhecida por sua rica biodiversidade e paisagens naturais, incluindo partes da Chapada dos Veadeiros, uma área de grande valor ecológico e turístico. A economia do município é predominantemente agrícola, com atividades voltadas para a produção de grãos, pecuária e, mais recentemente, um crescimento no setor de turismo. A agricultura familiar e a pequena produção rural são comuns, e a região tem potencial para expandir suas atividades econômicas com o apoio de políticas de desenvolvimento rural e sustentabilidade.

A questão central deste trabalho é ter a ciência do Programa Titula Brasil, e, no contexto de desenvolvimento econômico, conhecer as oportunidades para a sustentabilidade econômica, que esta política pública poderá contemplar para o município de Alto Paraíso de Goiás.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Entender como a adesão ao Programa Titula Brasil ajuda na regularização fundiária e no desenvolvimento econômico do município de Alto Paraíso de Goiás.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o funcionamento do Programa Titula Brasil.

- Identificar as oportunidades que o Programa Titula Brasil pode agregar ao município.
- Observar as possibilidades de êxito do programa na sustentabilidade econômica local.

1.3 Justificativa

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender melhor como as políticas de reforma agrária, especialmente através do Programa Titula Brasil, podem contribuir para o desenvolvimento local, inclusive em Alto Paraíso de Goiás. A regularização fundiária não só proporciona segurança jurídica aos ocupantes das terras, mas também promove o desenvolvimento econômico sustentável, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população rural. O conhecimento dos resultados enfrentados na implementação deste programa é crucial para subsidiar decisões e melhorias futuras na política pública local.

2 Referencial Teórico

Para embasar a análise proposta neste trabalho, é importante compreender os conceitos que embasam a discussão sobre reforma agrária, regularização fundiária, o Programa Titula Brasil e sustentabilidade econômica.

2.1 Reforma Agrária

A reforma agrária é um processo de redistribuição de terras que visa corrigir a concentração fundiária e promover a justiça social e o desenvolvimento econômico sustentável. Esse processo envolve políticas e ações governamentais destinadas a transferir a posse de terras de grandes proprietários para pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra. O objetivo é não apenas a redistribuição da terra, mas também a inclusão social e a melhoria das condições de vida no campo.

Segundo Leite (2015), a concentração de terras é um fenômeno histórico no Brasil, enraizado desde a colonização portuguesa, quando grandes extensões de terra foram concedidas a poucos indivíduos, criando uma elite agrária e marginalizando a maioria da população rural. Esse padrão de concentração se intensificou com a Lei de Terras de 1850, que institucionalizou a posse privada da terra e dificultou o acesso dos pequenos agricultores.

A modernização agrícola, de acordo com Carter (2010), iniciada na década de 1960 pelo governo militar, priorizou a mecanização e o aumento da produtividade, muitas vezes em

detrimento dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Conhecido como "revolução verde", esse processo teve impactos significativos na estrutura agrária, ampliando a concentração de terras e aumentando a exclusão social no campo.

A reforma agrária no Brasil é tão antiga quanto o próprio descobrimento do país, tendo início em 1530 com a formação das capitânicas hereditárias. Na criação das 14 capitânicas, as terras foram distribuídas aos interessados que tinham capacidade de produção nas terras brasileiras. Devido à colonização infrutífera, as terras ficaram nas mãos daqueles com poder econômico.

A partir da independência, em 1822, os detentores de terras, agora considerados nobres e parte da alta burguesia, tornaram as áreas concentradas em grandes latifúndios. Somente em 1850 foi implantada a Lei de Terras, o que agravou ainda mais a falsificação de documentos de escrituração imobiliária e a grilagem.

No século XX, especialmente a partir de 1984, quatro anos antes da Constituição de 1988, conhecida como a Constituição cidadã, surgiram movimentos sociais focados na reforma agrária. Esses movimentos receberam apoio de setores organizados da sociedade civil e, principalmente, de partidos de esquerda.

Em 1984, às portas do Estado Novo e sob o impacto das mobilizações pelas Diretas Já, a inclusão da reforma agrária e as mudanças defendidas em massa começaram a ser visíveis. Representantes dos movimentos sociais direcionaram seus esforços à luta pela ocupação coletiva, criando resistência contra a expulsão pelo latifúndio, empresas e governo.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo ao incorporar o conceito de função social da propriedade. Estabeleceu que à terra deve cumprir sua função social ao ser produtiva, respeitar as leis ambientais e laborais, e promover o bem-estar dos proprietários e trabalhadores. Isso criou uma base legal mais sólida para a implementação da reforma agrária, permitindo que terras improdutivas fossem desapropriadas e redistribuídas (Fernandes, 2001).

O processo de reforma agrária no Brasil é conduzido principalmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela identificação, desapropriação e distribuição de terras. O INCRA também fornece suporte aos assentamentos rurais, incluindo assistência técnica, crédito agrícola e infraestrutura básica, visando garantir

que os beneficiários da reforma agrária possam desenvolver uma agricultura sustentável e economicamente viável (INCRA, 2021).

Em 1995, sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve um reflexo na concepção de direitos humanos compartilhada por organizações de direitos humanos. Em 13 de maio de 1996, uma ação policial resultou no massacre de Eldorado dos Carajás, levando o governo FHC a lançar o primeiro programa para proteção e promoção de direitos humanos da América Latina, o PNDH, visando combater a violência estrutural da pobreza, fome e desemprego (Pinheiro, 1997).

A luta pela terra nos programas realizados pelos movimentos sociais pela reforma agrária tem como objetivo transformar a sociedade em algo mais justo e fraterno. Isso envolve a responsabilidade de toda a sociedade organizada, órgãos públicos e autárquicos, focando na intervenção do poder público municipal, infraestrutura e política agrícola para garantir ao cidadão acesso à terra.

O histórico da sociedade organizada em torno do direito à terra começou com a criação da Constituição Federal de 1934, que reconheceu a necessidade de medidas para resolver o problema da concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, combater o latifúndio e promover a justiça social no campo.

Portanto, a reforma agrária é um processo político, econômico e social que visa a democratização e o acesso à terra, melhorando as condições de vida através de ações transformadas em lei (Lei 4.504 de 30/11/64). O primeiro artigo da lei determina os direitos e obrigações direcionados aos bens imóveis rurais e a promoção da política agrícola.

O primeiro artigo estabelece os alicerces para a reforma agrária no Brasil, promovendo a democratização do acesso à terra e a melhoria das condições de vida no campo. Ao definir a função social da propriedade e os objetivos da política agrícola, a lei busca criar um ambiente mais justo e sustentável para o desenvolvimento rural, corrigindo desigualdades históricas e promovendo o bem-estar das comunidades rurais.

2.2 Programa Titula Brasil

O Programa Titula Brasil, criado em 2021, é uma iniciativa que visa acelerar a regularização fundiária de assentamentos e áreas públicas rurais no Brasil. O programa opera através de parcerias entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e

os municípios, estabelecendo Núcleos Municipais de Regularização Fundiária (NMRF). Esses núcleos funcionam como escritórios avançados do INCRA, agilizando processos e garantindo segurança jurídica para os beneficiários (INCRA, 2021).

O objetivo principal do Programa Titula Brasil é promover a regularização fundiária de forma eficaz, contribuindo para a estabilidade jurídica das propriedades e fomentando o desenvolvimento econômico das regiões atendidas. A parceria com os municípios permite uma maior proximidade com as comunidades locais, facilitando a implementação das ações de regularização (INCRA, 2021).

Os Núcleos Municipais de Regularização Fundiária são estabelecidos em colaboração direta entre o INCRA e os municípios, funcionando como unidades descentralizadas para executar as ações de titulação. Essa proximidade permite uma maior integração com as comunidades locais, facilitando o levantamento e a identificação das áreas a serem regularizadas. Além disso, esses núcleos agilizam os trâmites burocráticos, reduzindo o tempo necessário para a conclusão dos processos de regularização fundiária (INCRA, 2021).

O Programa Titula Brasil não apenas assegura a estabilidade jurídica das propriedades rurais, mas também promove o desenvolvimento econômico das regiões beneficiadas. A titulação proporciona acesso a créditos rurais, programas de incentivo à produção agrícola e assistência técnica, fortalecendo a capacidade produtiva das famílias agricultoras. Além disso, a regularização contribui significativamente para a redução de conflitos agrários, ao estabelecer direitos claros de posse e propriedade (INCRA, 2021).

Em suma, o Programa Titula Brasil emerge como uma política pública essencial para a consolidação da reforma agrária no Brasil, promovendo não apenas a regularização fundiária, mas também a inclusão social e o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais. Através da parceria estratégica entre o INCRA e os municípios, os Núcleos Municipais de Regularização Fundiária desempenham um papel fundamental na implementação eficaz do programa, garantindo benefícios tangíveis para as comunidades rurais e contribuindo para a construção de um futuro mais justo e equitativo no campo brasileiro.

Implantar o Programa Titula Brasil em um município envolve uma série de passos coordenados e estratégicos para garantir a eficácia da regularização fundiária e cumprir os objetivos do programa. Inicialmente, é crucial realizar um diagnóstico detalhado das áreas ocupadas por famílias de baixa renda e assentamentos informais, identificando os principais

desafios fundiários. A mobilização e articulação local são essenciais, incluindo parcerias com o INCRA, órgãos municipais e sociedade civil. Deve-se criar um Núcleo Municipal de Regularização Fundiária (NMRF), responsável pela gestão dos processos de titulação e coordenação das equipes técnicas.

O levantamento fundiário e cadastral é fundamental para identificar ocupações e documentações existentes. Um plano de trabalho detalhado é elaborado, estabelecendo metas, prazos e recursos necessários. Em seguida, inicia-se o processo de titulação das áreas selecionadas, emitindo os títulos de posse ou propriedade conforme a legislação e normativas vigentes.

O monitoramento contínuo é essencial para avaliar o progresso da regularização e os impactos socioeconômicos do programa, ajustando estratégias conforme necessário. Oferecer capacitação técnica e assistência jurídica aos beneficiários é crucial, promovendo o uso sustentável da terra e o desenvolvimento econômico local. Em suma, a implantação do Programa Titula Brasil visa promover a inclusão social e jurídica das comunidades rurais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades no campo brasileiro.

2.3 Sustentabilidade Econômica

A sustentabilidade econômica é um dos pilares essenciais para o sucesso da reforma agrária e da regularização fundiária. A redistribuição de terras deve ser acompanhada de políticas que promovam o desenvolvimento econômico sustentável das áreas rurais. Isso inclui a promoção da agricultura familiar, o acesso a crédito e assistência técnica, além da infraestrutura adequada para a produção e comercialização agrícola (Silva, 2013).

A agricultura familiar, em particular, é vista como uma estratégia eficaz para garantir a sustentabilidade econômica. Ela contribui para a segurança alimentar, gera empregos e fortalece a economia local. Além disso, práticas agrícolas sustentáveis são fundamentais para preservar os recursos naturais e garantir a viabilidade econômica a longo prazo (Altieri, 1995).

A sustentabilidade econômica, no contexto da reforma agrária e do Programa Titula Brasil, representa um princípio fundamental para garantir o desenvolvimento econômico das comunidades rurais de forma equilibrada e duradoura. Este conceito vai além da simples

distribuição de terras; ele se concentra na capacidade das famílias beneficiárias de utilizar essas terras de maneira produtiva, sustentável e lucrativa ao longo do tempo.

A sustentabilidade econômica está diretamente ligada à adoção de práticas agrícolas sustentáveis. Isso inclui o uso eficiente dos recursos naturais, como água e solo, e a adoção de técnicas que minimizem os impactos ambientais, como o uso de agroecologia e práticas de conservação do solo. Essas práticas não apenas melhoram a produtividade a longo prazo, mas também protegem o meio ambiente e fortalecem a resiliência das comunidades rurais às mudanças climáticas e outras adversidades.

Os benefícios da sustentabilidade econômica são diversos: aumento da renda das famílias, melhoria das condições de vida, redução da pobreza rural e promoção do desenvolvimento local integrado. No entanto, há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de infraestrutura adequada, acesso a mercados, capacitação técnica contínua e políticas públicas consistentes que apoiem o desenvolvimento rural sustentável.

3 Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem exploratória e qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente as questões relacionadas à reforma agrária, movimentos sociais, Programa Titula Brasil e sustentabilidade econômica. Segundo Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é apropriada para explorar assuntos complexos em contextos específicos, o que a torna adequada para o estudo de políticas públicas como o Programa Titula Brasil.

A pesquisa bibliográfica permitiu uma revisão da literatura existente sobre os temas abordados, incluindo estudos acadêmicos, relatórios governamentais e documentos técnicos. Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica é fundamental para a construção do referencial teórico e para a contextualização histórica, política e social da reforma agrária no Brasil e as iniciativas governamentais como o Programa Titula Brasil.

Quanto aos instrumentos de pesquisas, solidificou na coleta de dados do Programa Titula Brasil, por meio de documentos oficiais e normas desde a Portaria Conjunta n.º 01 de 2020 que institui o Programa Titula Brasil seus objetivos e forma de implementação, a Portaria n.º 26 de 2020 que estabelece as diretrizes do Programa Titula Brasil, a Instrução Normativa n.º 105 de 2021, que regulamenta os procedimentos para a celebração de parcerias com os

municípios e implementação dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRF para a execução do Programa Titula Brasil, além da Portaria n.º 440 de 2021, que institui o Comitê Gestor do Programa Titula Brasil no âmbito do INCRA (INCRA, 2021).

4. Resultados e Discussão

De acordo com Franco (2022), observando a data de criação do programa Titula Brasil já no início de 2022, registrava-se mais de 600 núcleos municipais de regularização fundiária em todo país, evidenciando o sucesso do programa.

A regularização fundiária promovida pelo Programa Titula Brasil melhora a segurança jurídica das propriedades rurais, um fator crucial para o desenvolvimento sustentável. Segundo Silva (2013), a segurança jurídica permite que os proprietários rurais tenham maior estabilidade e confiança para investir em suas terras. Além disso, os beneficiários do programa obtêm acesso facilitado a crédito rural e programas de assistência técnica, fortalecendo a capacidade produtiva das comunidades rurais (Oliveira et al., 2020). Conforme apontamentos do INCRA (2021), essa clareza jurídica cria um ambiente mais estável e seguro para o desenvolvimento econômico local, reduzindo disputas e tensões relacionadas à terra.

Esses resultados culminam com o entendimento do objetivo geral que pontua positivamente a adesão ao Programa Titula Brasil ajudando na regularização fundiária e aliando de forma potencial para melhoria do desenvolvimento econômico de Alto Paraíso de Goiás.

O objetivo específico de descrever o funcionamento do Programa Titula Brasil foi contemplado no referencial teórico que explica sobre o mesmo, sendo que toda a base para seu funcionamento está normatizado e informatizado. Lembrando ainda, que a atuação dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária, estabelecidos em parceria com o INCRA, facilita a implementação do programa e garante uma abordagem mais integrada às necessidades das comunidades rurais (Bercovici, 2017).

E por fim, os objetivos específicos de identificar as oportunidades que o Programa Titula Brasil pode agregar ao município, bem como as possibilidades de êxito do programa na sustentabilidade econômica local, são inúmeros além dos já citados como a segurança jurídica do patrimônio, do acesso ao crédito, desenvolvimento da agricultura familiar, trazendo benefícios para a comunidade local e para as famílias produtoras que estarão abastecendo o

município, levando dignidade às pessoas, gerando rendas e garanti qualidade de vida, do campo à cidade.

Vale ressaltar que a segurança jurídica proporcionada pela titulação das terras permite que os agricultores familiares tenham acesso a linhas de crédito e programas de apoio governamentais, sendo fundamentais para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. Essas práticas contribuem para a preservação do meio ambiente e para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

5. Considerações Finais

Conclui este estudo, que o Programa Titula Brasil desempenha um papel relevante na promoção da sustentabilidade econômica local, com potencial de melhoria em Alto Paraíso de Goiás, através da regularização fundiária. Ao proporcionar segurança jurídica e facilitar o acesso a recursos financeiros e técnicos, o programa fortalece a agricultura familiar e melhora as condições de vida no campo (Leite, 2015).

Para solidificar o sucesso do Programa Titula Brasil nos assentamentos já criados em nosso território nacional, o Estado de Goiás por meio da SEAPA (secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento) e em parceria com outras entidades até mesma da iniciativa privada ou civil, garante a qualificação profissional, tecnologia e acesso a mercado, (goias.gov.br-publicação 27 de julho de 2023) e aponta as recomendações:

- Reforçar a capacitação técnica contínua para os beneficiários é essencial para promover o uso sustentável da terra e a adoção de práticas agrícolas eficientes. Isso pode incluir treinamentos em técnicas agrícolas sustentáveis e gestão eficiente dos recursos (Altieri, 1995).

- Incentivar a formação de parcerias entre o setor público, o setor privado e organizações da sociedade civil é crucial para o desenvolvimento integrado das comunidades rurais. Tais parcerias podem ajudar na valorização dos produtos agrícolas locais e na criação de redes de apoio que fortaleçam a economia rural de forma sustentável (Fernandes, 2001).

- Implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o progresso da regularização e os impactos econômicos do programa. Ajustes nas estratégias devem ser feitos com base nas avaliações para garantir a eficácia contínua da iniciativa (Carter, 2010).

Essas recomendações visam consolidar os avanços alcançados pelo Programa Titula Brasil, promovendo um desenvolvimento rural mais inclusivo, sustentável e equitativo, e assegurando que o programa continue a contribuir positivamente para comunidades locais, inclusive no município de Alto Paraíso de Goiás, quando aderido do Programa Titula Brasil.

Enfim, o Programa Titula Brasil tem avançando significativamente em vários municípios de todo país, demonstrando eficiência e agilidade na prestação de serviços tanto para a população quanto para as entidades públicas. Esses avanços comprovam que o programa está alcançando os objetivos propostos e cumprindo sua função de forma eficaz, demonstrando pontos positivos na regularização fundiária e no desenvolvimento sustentável dos municípios atendidos.

6. Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 1995.

BERCOVICI, Gilberto. **A regularização fundiária no Brasil: Contexto, desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora FGV, 2017.

BRASIL. Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. "**Estatuto da Terra**". Brasília, DF.

CARTER, Michael. R. **Combatendo a Pobreza Rural: Perspectivas da Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. SAGE Publications, 2014.

FERNANDES, Bernardo. **A Função Social da Terra: Estudos sobre Reforma Agrária e Questão Agrária**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FRANCO, Nádia. **Titula Brasil já tem mais de 600 núcleos abertos em todo país**. Agência, BRASIL, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/titula-brasil-ja-tem-mais-de600-nucleos-abertos-em-todo-pais>. Acesso em 07 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

INCRA. "**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Histórico e Ações**". Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2021. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

INCRA. **Programa Titula Brasil: Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2021. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/alto-paraiso-de-goias/panorama>>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Atlas, 2017.

LEITE, Roberto. **A Reforma Agrária e a Política Fundiária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

OLIVEIRA, João et al. **O impacto do Programa Titula Brasil na regularização fundiária e no desenvolvimento rural**. Brasília: Editora INCRA, 2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & NETO, Paulo de Mesquita. **Dossiê Direitos Humanos** • Estud. av. 11 (30) • Ago 1997.

STÉDILE, João Pedro, & FERNANDES, B. M. **Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

SILVA, Márcio. **Sustentabilidade Econômica e Desenvolvimento Rural: Conceitos e práticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SILVA, J. A. **Reforma Agrária no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.